

Os adversários do capitalismo

O presidente da República tem manifestado preocupações quanto ao futuro. Elas se justificariam, se decorressem de fatores diferentes daqueles que as provocam. S. exa. teme pelo País, julgando que foi empurrado pelo plano inclinado que o levará ao totalitarismo, por causa da divisão dos partidos de centro. Ora, os motivos reais por que se justificariam tais receios não são os que causam mossa ao sr. José Sarney. Ele há de festejar a *vitória* contida na decisão da Comissão Mista do Orçamento, concedendo à supérflua Ferrovia Norte-Sul não apenas os 14 bilhões de cruzados que se tinham solicitado, mas 19 bilhões. E saudará como outra *vitória* a aprovação de dois decretos-leis de sua lavoura com que senadores e deputados, primeiro, presentearam, com 270 bilhões de cruzados os armadores, cujas dívidas tais decretos-leis transformaram em cruzados, tendo sido contraídas em dólares; e, depois, aumentaram de 14% para 50% o adicional sobre o frete das importações.

Não é só ao Executivo que cabem culpas capitais pelos males de que o Brasil padece. O Legislativo a ele se associa, por meio de deliberações irresponsáveis. A votação do orçamento da União naquela comissão mista evidencia a diminuta importância que se empresta às preocupações da sociedade com os problemas que caracterizam a conjuntura econômica, eriçada de dificuldades. Não somente na concessão generosa de cinco bilhões de cruzados a mais para viabilizar uma obra destituída de qualquer prioridade, em face da crise nacional (como bem assinalou o deputado José Serra), se manifesta a falta de empenho dos parlamentares em dar um basta à inflação. Na mesma sessão em que se conferiam à obra desnecessária, de mão beijada, os cinco bilhões referidos, aprovaram-se subsídios vultosos para o setor do açúcar e álcool, no Nordeste.

E, o que chega a ser inaudito, mas que demonstra bem como serão usados os poderes do Congresso para alterar a proposta orçamentária, a comissão extinguiu as dotações para a distribuição de leite às crianças carentes! O mote do governo José Sarney, *tudo pelo social*, transforma-se agora no velho ditado: *Mateus, primeiro os teus*.

É curioso que não se tenha prestado atenção, na Comissão Mista do Orçamento, ao fato de a Ferrovia Norte-Sul já ter sido alvo de críticas partidas do Congresso; e de não haverem repercutido nela as conclusões da CPI do Senado que investigou a corrupção na administração federal. Embora essa CPI não se dedicasse ao assunto específico da Norte-Sul, cuidou — como disse com propriedade o senador José Ignacio — de pôr a nu e verberar um estilo de governar em que a vontade do titular do poder tende a prevalecer sobre o interesse público. Dando ao presidente da República um autêntico presente de Natal, a comissão mista favoreceu também as lideranças políticas dos Estados, as quais imaginam que podem colher benefícios imediatos da construção da ferrovia.

Há, como denominador comum, algumas conclusões a extrair dos episódios que justificam este comentário. Primeira: ao votar o excedente de verba para a Norte-Sul, os membros da comissão estavam certos de *faturar* em cima da decisão, creditando-se ganhos eleitorais — cientes de que os ônus políticos da construção da estrada serão sempre debitados ao presidente da República. A lição que se tira pode ser resumida em poucas palavras. Na Assembléa Constituinte, o Congresso se conferiu poderes que, na prática, o tornam sócio do governo na condução da atividade do Estado. Agora, porém, ele não quer assumir a responsabilidade correspondente a tais poderes. E a verdade é que

até a opinião pública descobrir que o Legislativo, em Brasília, tem essas responsabilidades, demorará um pouco. No entanto, em tudo aquilo de que resulte influência eleitoral a ser exercida a fim de captar votos, senadores e deputados não hesitam em valer-se dos mesmos poderes. Segunda: decisões como as que se registram nesta nota são transmitidas à opinião pública como aptas a favorecer capitalistas (empreiteiros, armadores). O capitalismo fica malvisto por conta de erros e equívocos que nada têm a ver com a índole dele, enquanto sistema econômico-social — erros e equívocos que decorrem, por exemplo, da pura e simples ambição de políticos.

Até que essa distinção fundamental seja feita, os adversários da democracia haverão de trabalhar com empenho para que vastas parcelas da opinião pública confundam o binômio corrupção-ineficiência governamentais com capitalismo. É dessa perspectiva que se tem de recuar a vitória, no Brasil, de um partido que se pretende socialista e em cujo manifesto de lançamento se pregam princípios antidemocráticos. Deputados e senadores nem sequer cuidam de salvar a imagem do sistema político no qual estão integrados; e são, infelizmente, muitos os empresários que preferem viver à sombra dos benefícios proporcionados pelo poder, descuidados de cuidar de aprimorar seus sistemas produtivos. Seria de espantar, assim, que seus adversários (os que pregam contra o capitalismo e ao fim atacarão o princípio da representação popular) acabassem triunfando?

Eis a dúvida cruel que deveria preocupear o presidente da República, que responde por uma gestão desastrada, capaz de ajudar também a escalada da antideveria.